

## **JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

Licitação de referência: Pregão Eletrônico nº 90461/2025

Recorrente: PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ 34.386.298/0001-31

Recorrida: PHM COMERCIO E CONFECCOES LTDA, CNPJ 35.794.003/0001-29

Em cumprimento ao disposto no inciso VII do artigo 11 do Decreto 5.450/05, a Pregoeira do Instituto Federal Catarinense, Campus Santa Rosa do Sul recebeu e analisou as razões de recurso da Empresa Recorrente e as alegações de defesa da Recorrida PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA declarada vencedora do item 17, do Pregão em tela, de forma a proferir sua decisão sobre o recurso administrativo

Examinando cada ponto discorrido na peça recursal da empresa: PHM COMERCIO E CONFECCOES LTDA em confronto com as contrarrazões da Recorrida, com a legislação e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, exponho abaixo as medidas adotadas e as ponderações formuladas que fundamentaram a decisão final.

### **PRELIMINARMENTE**

#### **1) DA TEMPESTIVIDADE**

Encaminhado via sistema Compras.gov em 10/07/2025.

Portanto, aceito o presente Recurso.

### **DOS FATOS**

A Recorrente PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA alega, em síntese, em sua peça recursal o que se segue:

*A licitação em questão foi dividida em itens, facultado aos licitantes a participação em quantos fossem do seu interesse, respeitadas as exigências constantes no edital e seus anexos.*

*Conforme restará demonstrado, o produto ofertado no item 17 pelo vencedor não atende às exigências constantes no termo de referência.*

*Ademais, o termo de referência do processo licitatório permite as licitantes elaborarem suas ofertas sem surpresas, com inteira ciência do que deles pretende a administração e nas propostas não se pode ofertar menos do que o pedido, permitido e amplamente divulgado pelo Edital. A Súmula nº 177 nos diz:*

*A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.*

*Assim, os licitantes, ao cadastrarem suas propostas, aceitaram todos os termos do edital, não cabendo nesta fase alegar falta de conhecimento quanto aos produtos solicitados.*

*Em tempo, com certeza, quem redigiu o termo técnico, conhece os produtos que precisa receber para atender as suas necessidades. E mais, ao solicitar produtos de alta qualidade não está comprometendo o interesse público e*

*sim assegurando a finalidade perseguida e a segurança da contratação/ compra do produto.*

## **2) DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA**

A recorrida não apresentou suas contrarrazões.

## **3) DA ANÁLISE DO RECURSO:**

A Recorrente insurge-se contra a aceitação da proposta vencedora referente ao item 17 do certame, sustentando que o produto ofertado pela empresa vencedora não atende às exigências do Termo de Referência. Afirmar, ainda, que todos os licitantes estavam cientes das especificações técnicas exigidas e que não é cabível a flexibilização ou a aceitação de propostas que não atendam integralmente ao que foi previsto no Edital.

Esta pregoeira entende que o produto ofertado pelo vencedor realmente não atende integralmente às especificações técnicas do edital e que a aceitação dessa proposta contraria os princípios da vinculação ao edital, isonomia e julgamento objetivo, previstos expressamente na Lei 14.133/2021;

A ausência de manifestação por parte da empresa Recorrida fortalece a tese da Recorrente. Com base no princípio do contraditório e da ampla defesa (art. 3º, inciso VIII da Lei 14.133/2021), ainda que garantido o direito à resposta, o silêncio da parte adversa pode ser interpretado em desfavor da tese que lhe caberia sustentar.

Com fundamento nos dispositivos legais mencionados, e considerando os princípios que regem a licitação pública, opina-se pelo provimento do recurso administrativo interposto por PLUS SPORT COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, com a consequente invalidação da proposta vencedora referente ao item 17, devendo ser analisada a proposta subsequente que atenda integralmente às exigências do Edital e do Termo de Referência.

## **4) DA DECISÃO DO PREGOEIRO**

Assim, em face das razões expendidas acima, informo que os documentos estão no site do IFC, como mencionado, e DEFIRO o pedido formulado pela Recorrente, reconsidero o posicionamento inicial tornando nula a decisão que declarou a licitante PHM COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA, como vencedora do pregão eletrônico em referência.

**TAISE MARTINS SANTOS**  
PREGOEIRO

Encaminhe-se ao Sr. Diretor de Geral, para análise e, consideração e decisão do recurso administrativo em pauta, referentes ao Pregão Eletrônico nº 90461/2025.

Considerando o que foi apresentado pela Pregoeira, ratificam-se os esclarecimentos prestados e determina-se a publicação e as demais providências cabíveis.

**FLÁVIO JOSÉ PETTENON**  
DIRETOR GERAL SUBSTITUTO  
IFC CAMPUS SANTA ROSA DO SUL